



BANCO DO ESTADO DO PARÁ S.A.
CNPJ/MF Nº. 04.913.711/0001-08
NIRE 15300000114



Passivo para risco – Trabalhista*	18.422	23.192
Passivo para risco – Cível*	1.914	1.328
Passivo para risco – Tributária*	5.640	5.016
Passivo para risco – Cessão de crédito rural com coobrigação	126	104
Outros	2.622	2.139
Não circulante	34.338	30.600
Passivo para risco – Trabalhista*	16.835	10.788
Passivo para risco – Cível*	14.811	17.167
Passivo para risco – Tributário*	2.692	2.645
Total	162.916	146.202

* Vide nota 16

15. Outras Obrigações

Contas	31.12.2022	31.12.2021
Circulante	172.520	134.601
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	5.253	6.897
Sociais e estatutárias	266	257
Fiscais e previdenciárias	34.293	26.641
Obrigações por convênios	9.986	10.120
Obrigações por prestação de serviços	68.105	57.691
Credores por recursos a liberar	33.229	20.485
Credores diversos – País (a)	20.086	9.725
Obrigações por transações de pagamento	113	1.652
Obrigações por serviços de instituidores de arranjo	780	676
Outras obrigações	409	457
Total	172.520	134.601

(a) O montante de credores diversos totaliza R\$ 20.086 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 9.725 em 31 de dezembro de 2021), registrado aumento principalmente pelos saldos de contas transitórias em decor-

rências das operações com cartão de crédito.

16. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

O Banpará é parte em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais decorrentes do curso normal de suas atividades. A provisão para riscos envolve ações trabalhistas, fiscais, cíveis, cessão de crédito rural, com coobrigação e de câmbio, as quais são avaliadas e revisadas, tendo como base a opinião de sua assessoria jurídica, através da utilização de modelos e critérios que permitam a sua mensuração, apesar da incerteza inerente ao seu prazo e ao desfecho de causa.

Provisões trabalhistas: São ações movidas principalmente por ex-empregados, trabalhadores terceirizados e sindicatos, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos, em especial ao pagamento de horas-extras, equiparação salarial, desvios de funções e outros direitos trabalhistas. Registra-se a provisão constituída para as ações trabalhistas ajuizadas contra o Banco, na ocasião da notificação judicial quando o risco de perda é considerado provável. O valor da provisão é apurado de acordo com a estimativa de desembolso efetuada com base em subsídios legais recebidos de nossa assessoria jurídica no montante de R\$ 35.257 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 33.980 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda causas trabalhistas que, de acordo com a sua natureza são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 8.224 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 5.901 em 31 de dezembro de 2021), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Provisões cíveis: O Banpará mantém provisionados valores de ações de caráter indenizatório referente à indenização material e/ou moral acerca da relação advinda da prestação de serviços bancários. Os valores classificados como de perda provável são provisionados e ajustados mensalmente de acordo com o valor indenizatório pretendido, as provas apresentadas e a avaliação da assessoria jurídica, a qual leva em conta a jurisprudência, subsídios fáticos levantados, provas produzidas nos autos e as decisões judiciais que vierem a ser proferidas na ação. O valor da provisão, em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 16.725 (R\$ 18.495 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda processos cíveis, que de acordo com a sua natureza são considerados como de perda possível, no montante de R\$ 93.615 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 71.679 em 31 de dezembro de 2021) e de acordo com as práticas contábeis não são provisionados.

Provisões tributárias: O Banco vem discutindo judicialmente a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados, não obstante as boas chances de êxito em médio e longo prazos, de acordo com a opinião de assessores jurídicos. O valor total das provisões em 31 de dezembro de 2022 é R\$ 8.332 (R\$ 7.661 em 31 de dezembro de 2021).

Existem ainda causas tributárias que, de acordo com a sua natureza, são consideradas como de perda possível, no montante de R\$ 22.744 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 20.219 em 31 de dezembro de 2021), e de acordo com as práticas contábeis não são provisionadas.

Movimentação das provisões judiciais

	31.12.2022				31.12.2021			
	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Total	Trabalhista	Cível	Fiscais e previdenciárias	Total
No início do período	33.980	18.495	7.661	60.137	37.763	15.340	7.363	60.466
Atualização monetária	4.542	3.247	928	8.717	5.126	3.786	298	9.211
Constituições	6.268	3.201	-	9.469	4.491	1.518	-	6.009
Reversões	(3.024)	(7.474)	(257)	(10.755)	(2.772)	(1.560)	-	(4.332)
Pagamentos	(6.509)	(744)	-	(7.253)	(10.628)	(589)	-	(11.216)
No final do período	35.257	16.725	8.332	60.314	33.980	18.495	7.661	60.136
Dep. Judiciais	20.181	16.723	64.152	101.056	19.736	16.288	57.001	93.025

Previsão de desembolso para passivos contingentes

Vencimento	Trabalhista	Cível	Tributário	Total
Até 1 ano	18.422	1.914	5.640	25.976
De 1 a 5 anos	16.835	14.785	2.692	34.312
Acima de 5 anos	-	26	-	26
Total	35.257	16.725	8.332	60.314

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alteração na jurisprudência dos tribunais, torna incertos os valores e o cronograma esperado de desembolso.